



## UNIDADE E DIVERSIDADE: OS SENTIDOS DO IDIOMA NOS ESTUDOS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

Lívia Helena Moreira e Silva<sup>1</sup>

O texto ora apresentado compreende as formulações iniciais de um trabalho em desenvolvimento no mestrado dentro do programa História das Ideias Linguísticas e constitui, antes de tudo, um espaço mais amplo de reflexão que precede a análise propriamente dita sobre o nosso objeto, a saber, a produção de sentidos sobre a língua portuguesa no interior dos estudos científicos sobre a linguagem.

Buscamos compreender o movimento de sentidos sobre a língua à luz da Análise do Discurso de orientação materialista, fundada por Michel Pêcheux na França e desenvolvida no Brasil de um modo que lhe é próprio. Assim, pensamos o conhecimento sobre a língua como um discurso, portanto, sujeito a equívoco, dando lugar a diferentes filiações teóricas, historicamente marcadas e ideologicamente comprometidas. Levamos em conta o simbólico em sua relação com o político, “pensando a língua, os que a falam, a sociedade que o constituem e o próprio funcionamento do Estado, com suas jurisdições e sua relação com a ciência” (ORLANDI, 2013, p.10).

Da forma como percebemos a questão da heterogeneidade de sentidos do idioma, ele está profundamente ligado à conjugação da unidade ideal e da diversidade concreta na constituição do Brasil e da nossa língua nacional. Pensamos que até certo período da história científica brasileira essa heterogeneidade era bem menos evidente, passando a se manifestar de forma mais contundente com a irrupção de determinados eventos históricos que produziram mudanças na abordagem da língua nos estudos linguísticos.

A seguir, apresentamos uma breve exposição do modo como se define a tensão entre unidade e diversidade da língua no Brasil, para, em seguida, explicitarmos o modo como a mudança nas condições materiais de produção do conhecimento científico brasileiro vai produzir uma movimentação na produção de conhecimento sobre a língua e, logo, na produção de sentidos sobre ela, afetando, irremediavelmente, sua relação com o sujeito e a sociedade na história.

### **Unidade *versus* diversidade**

Inspirada na distinção metodológica que Pêcheux e Gadet (1981) propõem do fato de que há língua e há línguas, pelo que chamam língua gramatical e corpo pleno da língua, E. Orlandi (2009) formula uma distinção muito proveitosa para o tratamento da tensão entre unidade e diversidade na língua portuguesa, com a elaboração dos conceitos de *língua fluida* e *língua imaginária*: esta definida

---

<sup>1</sup> Mestranda em Linguística pela Unicamp, bolsista da CAPES.



como sistema fechado, normas, coerções, simulacros construídos pelos analistas de linguagem, aquela definida como a língua no mundo, que não se deixa imobilizar, que escapa ao aprisionamento das regras.

Por essa distinção é possível pensar as complicadas relações entre noções como língua, língua franca/língua geral, língua oficial, língua materna, língua nacional, língua de imigrante, dialeto etc., que intervêm necessariamente na realidade linguística brasileira e são reveladoras da tensão da relação língua/nação. Nesse contexto, a questão da língua apresenta-se como uma questão de Estado com suas políticas de invasão, de absorção e anulação das diferenças que pressupõem, antes de tudo, que essas diferenças sejam reconhecidas. Há, nas palavras de Orlandi (2013, p. 107-108), um jogo contraditório entre “a forma logicista de um sistema jurídico concentrado em um único centro e a forma sociologicista de absorção negociada da diversidade”, jogo que reflete tanto a condição de existência da língua (nacional) quanto a do Estado.

Nesse sentido, frente à heterogeneidade constitutiva da realidade linguística brasileira, a construção de um imaginário de unidade é necessária para que se crie o sentimento de uma “união” nacional, regida por um Estado brasileiro. Nessa empreitada, a produção de conhecimentos sobre a língua no período histórico do final do século XIX assume a forma dessa relação entre a unidade e a diversidade no território nacional e diante dos colonizadores, em que se liga a constituição da língua à constituição da nação, afetando a relação do brasileiro com a língua e, logo, com o Estado.

Com efeito, o processo da gramatização brasileira desse período permite o acesso às formas como se constrói o imaginário da língua para seu falante. Esse imaginário vai representá-la como uma língua singular e legítima, e também como instrumento domesticável (língua imaginária), representando, por sua vez, o controle que o sujeito tem de sua relação com ela. Ora, o principal objetivo desse movimento é evidenciar que o Brasil sabe a sua língua, assim, quanto mais os gramáticos tentavam mostrar que a dominavam, mais normativos eram seus trabalhos. De onde o forte posicionamento purista que marca esse movimento, subestimando as influências das demais línguas aqui faladas.

A legitimação do português deste lado do Atlântico acabou por instaurar um novo regime de funcionamento da relação unidade/diversidade: uma vez garantida a unidade necessária do português brasileiro (referindo a seu funcionamento na sua historicidade que lhe particulariza), a variação não é mais em relação a Portugal, mas à diversidade concreta produzida neste território. A gramatização de um país colonizado produz, então, um duplo eixo: de universalização, pela garantia da unidade (imaginária) constitutiva de qualquer identidade, e de deslocamento, pelos usos variados da língua.

O fato de termos elaborado nossa própria língua, portanto, não significou, na prática, a diminuição da importância do enorme contato entre as diferentes línguas brasileiras com as quais convivemos em território nacional: aproximadamente 180 línguas indígenas e falares africanos



diversos, além do contato com línguas de imigrantes e com as línguas de fronteira (ORLANDI, 2009, p. 160).

A complexidade do quadro linguístico brasileiro, conforme Orlandi (2013, p. 105) é fruto da relação “de uma língua imposta pelo colonizador e a história que vai expondo o brasileiro a diferentes ordens simbólicas, sem, no entanto, deixar de representar a necessidade de unidade, seja ela qual for”. Na verdade, qualquer língua nacional constitui-se nesse movimento “de confronto, alianças, oposições, ambiguidades, tensões com outras línguas”.

Assim é que unidade e diversidade tornam-se noções inseparáveis, devendo ser tratadas conjuntamente. Acreditamos, fazendo eco ao posicionamento de Eni Orlandi no conjunto de sua obra sobre a história do conhecimento metalinguístico brasileiro, que o princípio ético de se trabalhar com a língua no Brasil está justamente em não apagar, mas em se trabalhar a contradição entre unidade e diversidade. Mesmo porque essa tensão está refletida necessariamente nas políticas de línguas, na educação e, logo, na relação do brasileiro com a sua língua.

### **Uma consideração teórica necessária**

O processo da gramatização brasileira no século XIX explicita o jogo enunciativo que se caracteriza pela passagem discursiva da língua portuguesa enquanto uma língua que simplesmente *está* no Brasil para uma língua que *pertence* ao Brasil, tendo como centro a tensão entre unidade e diversidade. Ou seja, o deslocamento feito na história produz um novo sentido para a língua. Considerando-se a tensão entre unidade e diversidade e entre língua e nação, o caráter político e ideológico desse deslocamento do sentido é claro.

A esta altura, uma consideração teórica sobre o estudo do sentido faz-se pertinente. Pêcheux (2009) apresenta como o “caráter material do sentido” aquilo que é dissimulado sob a transparência da linguagem e que consiste na sua dependência constitutiva com respeito ao que chama “o todo complexo das formações ideológicas”, estas últimas referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado (e às regiões, objetos e práticas que lhes correspondem), que, por comportarem posições de classe, mantêm entre si relações de contradição, desigualdade, subordinação.

A noção de formação discursiva vem a reboque para mostrar que o sentido de uma palavra, uma expressão ou uma proposição, não existindo em sua relação transparente com a literalidade do significante, é determinado pelas posições ideológicas daqueles que as empregam. Pêcheux (2009, p. 147) chama, então, “formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. E prossegue retomando a figura da interpelação ideológica introduzida por Althusser para explicar que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos do seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.



As formações discursivas, portanto, refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, em uma conjuntura sócio-histórica determinada, constituem sentidos diferentes. Com essas reflexões o precursor da Análise do Discurso elucida a tese esboçada – mas não desenvolvida – por Althusser sobre a maneira como o discurso materializa o ideológico.

Interessa-nos mostrar que se os dizeres dos gramáticos, autores por excelência do conhecimento sobre a língua no século XIX, são atravessados por seus compromissos políticos e ideológicos, os dizeres dos linguistas, para quem a legitimidade do conhecimento é transferida no século XX, não são menos determinados pelas formações ideológicas que os agenciam no discurso enquanto sujeitos autores do saber, mesmo porque o conhecimento científico não é homogêneo em suas filiações teóricas, e mesmo filiações teóricas determinadas não são homogêneas em seu interior, sobretudo quando no centro das questões estão os variados usos da língua no mesmo território nacional.

De fato, a inscrição do cientista em uma filiação teórica ou outra constitui uma questão de ética e política linguística. Pensar a história das ideias tomando em conta a ideologia, a historicidade, a memória permite observar as direções e consequências da formulação do saber metalinguístico.

### **Os sentidos da língua e os estudos científicos sobre a linguagem**

A história da ciência “não é indiferente às condições em que sua prática se constitui, não sendo homogênea e sendo sensível a processos científicos que derivam de histórias particulares, regionais, ou melhor, territorializadas” (ORLANDI, 2009, p. 122).

A institucionalização da linguística no Brasil se dá na conjuntura da consolidação de uma política de pós-graduação no país no final dos anos 1960, passando a existir, ao mesmo tempo, a exigência da pesquisa nas universidades e a possibilidade, por meio de incentivos a nível federal, de seus docentes se formarem em instituições estrangeiras, onde entrariam em contato com uma memória científica em determinadas condições.

A primeira linguística praticada no Brasil, ainda na década de 1950, é a estruturalista, ligada a autores que preservam a relação sincronia/diacronia, forma interna/forma externa, língua/cultura, som/sentido. É só um pouco mais tarde que o investimento passa a ser mais forte na sincronia, na forma, na língua. Esse desenho do estruturalismo brasileiro junto à conjuntura em que a ciência linguística se consolida aqui constitui uma tradição, ou, nos termos de Orlandi (2009), “uma rede de filiações de sentidos em uma memória singular”.

De um lado, essas filiações estão ligadas ao funcionalismo, referido a autores como Jakobson, Martinet etc., de outro, à tendência formalista de Bloomfield, Hjelmslev, Harris etc. Em ambos os casos, a descrição ocupa o lugar central da prática científica, que continua até a década de 1980, pelo menos.



A vertente funcionalista dos estudos da linguagem é mais expressiva no estado do Rio de Janeiro, aonde chega em 1970 o linguista americano Anthony Julius Naro para lecionar no curso de pós-graduação da PUC, suprindo uma lacuna das universidades brasileiras daquela época, em que quase não havia mestres e doutores em linguística para assumir os cargos docentes. O fato é que, pelo contato desse estudioso com os trabalhos desenvolvidos por William Labov na Universidade de Chicago, ainda no início da década de 70 passam a se integrar na linguística brasileira projetos sociolinguísticos de orientação variacionista, iniciados, sob sua segura orientação, primeiro sobre o corpus do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), depois sobre corpora preparados para a pesquisa sociolinguística, como o pioneiro Censo Sociolinguístico do Rio de Janeiro.

Com a chegada da sociolinguística no país, têm início as pesquisas científicas centradas na descrição da forma material empírica da língua portuguesa em sua diversidade concreta, relacionada não somente a fatores linguísticos, do sistema da língua, como pretendia o estruturalismo, ou geográficos, como pretendia a dialetologia, mas, sobretudo, por fatores sociais que têm suas raízes na formação histórica da sociedade brasileira.

Fundada em uma metodologia variacionista que no Brasil, não por acaso, tem por detrás a teoria funcionalista, a sociolinguística do início da década de 1970 no Rio de Janeiro vai propor a sistematização do processo de variação linguística, no que diz respeito a fenômenos de natureza sintática, por meio do tratamento estatístico de dados coletados em gravações de entrevistas orais realizadas *in loco* com um número considerável de informantes, cuidadosamente selecionados, em situações “reais” de linguagem.

Uma reflexão prévia à análise documental desses primeiros trabalhos a que nos referimos já permite situá-los em seu horizonte de prospecção. Pela conjuntura em que a sociolinguística foi introduzida no país, muitos serão os pesquisadores formados por Anthony Naro (mas não só por ele) dentro da perspectiva variacionista, o que fará com que rapidamente proliferem os estudos nessa área e se crie um panorama consistente das comunidades de fala existentes no Brasil, fomentando assim a progressiva desconstrução da ideia de homogeneidade linguística. Essa forma de conhecimento linguístico, como qualquer outra, tem repercussão fora do âmbito acadêmico estrito.

Pois bem, anteriormente neste trabalho falamos, citando Orlandi (2013, p. 107-108), que as condições de existência da língua nacional e do Estado são determinadas pela relação tensa entre a forma logicista de um sistema jurídico que fixa a unidade e a forma sociologicista de uma absorção politicamente negociada da diversidade. Dentro dos estudos da linguagem, “onde o logicismo enuncia leis e constrói uma teoria gramatical o sociologismo efetua uma descrição, fazendo um estudo empirista dos dados” (ORLANDI, 2009, p. 161).

Está claro que as questões sociolinguísticas se colocam no quadro do sociologicismo, visando instaurar e estandardizar os variados usos da língua, obliterados na representação sociocultural da língua portuguesa pelo logicismo, que faz crer que a variação não existe, ou melhor, que não deveria existir. Esse segundo fenômeno concerne o desenvolvimento das tradições



escolares, que no Brasil se abrem para a questão do “fracasso escolar” que atinge sobretudo os deserdados socioeconomicamente. Neste contexto, a sociolinguística propõe intervir para resolver os desvios e suprimir as desigualdades, restituindo a autoestima linguística do brasileiro.

Pensando a questão do sentido, especificamente, é possível dizer que os instrumentos linguísticos, base do saber metalinguístico nas instituições escolares, fixam um imaginário de sentidos para a língua com o qual o sociologismo busca romper pelo reconhecimento da variação linguística. É exatamente esse movimento de sentidos que interessa-nos investigar, já que ele não é nem tão nítido nem automático como se pode pensar.

A questão que nos colocamos, então, é a seguinte: em que medida o acontecimento histórico que constitui a entrada da sociolinguística no cenário científico dos estudos da linguagem no Brasil de fato produz uma movimentação significativa na cadeia significante que estrutura os sentidos da língua portuguesa?

Intervém nesse questionamento a noção discursiva de acontecimento, entendida como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008, p. 17). Dentro desses termos, buscaremos investigar, por meio de uma abordagem crítica da teoria ancorada à teoria materialista do discurso, se há, de fato, como anuncia a sociolinguística, a instauração de novas filiações de sentidos na memória discursiva pela qual o termo língua portuguesa significa.

Como pensamos o movimento desses sentidos se dando no interior dos estudos da linguagem, mais do que nunca a questão da significação constitui “uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 2008, p. 57).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MATTOS E SILVA, Rosa V. Orientações atuais da Linguística Histórica brasileira. In: DELTA, 1999, vol.15, no.spe, p.147-166. ISSN 0102-4450.

ORLANDI, Eni P. (org). História das Ideias Linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e construção da língua nacional. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

\_\_\_\_\_. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PÊCHEUX, Michel. O Discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni. P. Orlandi. 5.ed. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni. P. Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SALOMÃO, Ana Cristina B. Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da sociolinguística variacionista no Brasil. In: Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 187-207, jul./dez 2011.